

RE: BBTS - Ofício Jovens Aprendizizes

De : Isaac Nicholas Siqueira Viana
<isaac.viana@bbts.com.br>

seg., 24 de abr. de 2023 18:26

 4 anexos

Assunto : RE: BBTS - Ofício Jovens Aprendizizes

Para : eduardo agil <eduardo@grupoagil.com.br>

Cc : Francisco Soares <francisco@grupoagil.com.br>, Antonio <antonio@grupoagil.com.br>, Lourdes Agil <lourdes@grupoagil.com.br>, Gilson Junior Belem de Moraes <gilson.moraes@bbts.com.br>, Contratos <contratos@bbts.com.br>, Simone Chaves de Paula Leite <simonechaves@bbts.com.br>, Assessoria de Compras <assessoriadecompras@bbts.com.br>, Andre Duarte dos Santos <andre@bbts.com.br>, Monica Silva Cruz <monica.cruz@bbts.com.br>, Rodrigo de Souza Donato <rodrigo.donato@bbts.com.br>, Everaldo Goncalves de Oliveira <everaldo.oliveira@bbts.com.br>, Fernando Rabello de Moraes <fernando.moraes@bbts.com.br>, Amir Vieira Sobrinho <amir.sobrinho@bbts.com.br>

#interna

Prezado Sr. Eduardo Hage, boa tarde!

Acusamos o recebimento do referido Ofício.

Como comentei anteriormente com o Sr. Francisco quando me deu ciência da questão, relembro que a obrigação de que as empresas fornecedoras à administração pública devam ter uma cota de aprendizes como parte das obrigações contratuais veio na **Lei 14.133/2021** (conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC), a saber:

*Art. 92. São necessárias em **todo contrato cláusulas que estabeleçam:**
XVII - a **obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos** prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e **para aprendiz;***

*Art. 116. **Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos** prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou **para aprendiz**, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.*

*Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o **cumprimento da reserva de cargos** a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.*

*Art. 137. Constituirão **motivos para extinção do contrato**, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:*

*IX - **não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos** prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para **aprendiz**.*

[grifo nosso]

Por outro lado, a mesma **NLLC 14.133/2021** traz o seguinte no seu **art. 1º, parágrafo 1º**:

§ 1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.

Nesse sentido, tendo em conta que **a BBTS** é uma subsidiária de uma sociedade de economia mista, portanto **não regida pela 14.133/2021, mas sim pela 13.303/2016** (a qual não fala de aprendiz), nossos contratos com fornecedores atualmente não preveem essa obrigação para as contratadas.

É importante observar que, o fato de não cobrarmos isso nos nossos contratos com nossos fornecedores não significa que o MPT e/ou as DRTs (e/ou outros órgãos de controle) não poderão cobrar das empresas fornecedoras de postos de serviços o cumprimento da referida cota em decorrência da legislação vigente.

Em nossa visão, talvez fosse o caso da ÁGIL alinhar com seus respectivos Jurídico o conceito de "*funções que demandem formação profissional*", o qual é item fundamental para estabelecer a base de cálculo da cota, conforme art. 429 da CLT:

*Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, **cujas funções demandem formação profissional**.*

[grifo nosso]

Portanto, entendemos a inclusão de jovens aprendizes no quadro de pessoal do nosso contrato DGCO 00159/2019 junto à ÁGIL não se aplica, visto que não foi previsto no Projeto Básico / Edital de Licitação / Contrato o acionamento de postos de serviços com jovens aprendizes.

Em nosso entendimento, em sentido oposto ao que justifica o ÁGIL para caracterizar a incidência de responsabilização da BBTS quanto ao cumprimento dos ditames da Lei 10.097/2000 e dos decretos nos 9.579 e 11.479, informamos que **a BBTS não possui ingerência quanto às providências que serão adotadas pela contratada para o perfeito cumprimento das normas legais que tratam da matéria.**

De pronto, impõe esclarecer que **o contrato de prestação de serviços DGCO 00159/2019 não traduz as especificidades concernentes às atividades da política pública que incentiva jovens estudantes a procurarem o primeiro**

emprego, até porque o contrato requer cumprimento de SLA contratual, roteiros e não prevê atividades de cunho educativo.

Na mesma linha, a inserção de adolescentes e jovens no mundo trabalho contribui para a sua formação pessoal e profissional potencializando o exercício da cidadania, sua empregabilidade e protagonismo, de modo que se torne agente transformador de sua realidade. Ou seja, a política pública tem um direcionamento educativo, até por isso **esses jovens precisam de uma parte teórica e outra prática no decorrer das atividades, o que é diametralmente oposto aos níveis de serviço que a ÁGIL possui no escopo de suas obrigações contratuais no âmbito do DGCO 00159/2019.**

Por derradeiro, salienta-se que o Jovem Aprendiz tem um contrato especial de trabalho, o qual prevê jornada de até seis horas diárias, acompanhamento e supervisão por um profissional da empresa o que também não se coaduna com as atividades a serem desempenhadas pelos postos de serviços para apoio às atividades de teleatendimento realizadas pela ÁGIL no contrato 00159/2019 junto à BBTS.

Dito isso, reiteramos que a BBTS não possui nenhuma ingerência nos critérios que serão ou foram adotados pela ÁGIL para promover o correto cumprimento da Lei vis-à-vis o cumprimento de suas obrigações junto à BBTS.

Continuamos à disposição e desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Isaac Nicholas Siqueira Viana | Gerente Executivo

Gerência de Suprimentos e Gestão de Contratos

Diafi/Gesuc

+55 (61) 9216-8979 / +55 (61) 99414-6189



www.bbts.com.br



Gerar valor e eficiência para nossos clientes
por meio de soluções inteligentes.



Conheça a CLARA: a assistente virtual da GESUC via Whatsapp!

Ela pode tirar dúvidas sobre Novas Contratações e sobre Gestão de Contratos Vigentes.

*Para interagir com a CLARA, basta enviar um "Oi" para o número de Whatsapp (61) 3348-5000. ****

GESUC - Premiada no MR² - Mensuração de Resultados e Recompensas BBTS **2º semestre 2022!**
#top5 #orgulhoGESUC

De: eduardo agil <eduardo@grupoagil.com.br>

Enviado: segunda-feira, 17 de abril de 2023 10:53

Para: Isaac Nicholas Siqueira Viana <isaac.viana@bbts.com.br>; Rodrigo de Souza Donato <rodrigo.donato@bbts.com.br>; Everaldo Goncalves de Oliveira <everaldo.oliveira@bbts.com.br>

Cc: Francisco Soares <francisco@grupoagil.com.br>; Antonio <antonio@grupoagil.com.br>; Lourdes Agil

<lourdes@grupoagil.com.br>

Assunto: BBTS - Ofício Jovens Aprendizizes

Prezado Sr. Isaac,

Envio em anexo ofício que trata sobre a contratação de jovens aprendizizes no quadro de pessoal do contrato celebrado entre a BBTS e a Ágil.

Peço a gentileza de confirmar recebimento e ficamos aguardando uma resposta formal.

Atenciosamente,



Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação.

This message may contain confidential and/or privileged information and its confidentiality protected by law. If you are not the address or authorized to receive this for the address, you must not use, copy, disclose or take any action based on this message or any information here in. If you have received this message in error, please advise the sender immediately by reply e-mail and delete this message. Thank you for your cooperation.

 **Oficio Agil Servicos - 007-2023 - BBTS.pdf**
3 MB
